

A opção

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Para os países do Terceiro Mundo, incluindo a América Latina, a África e o bloco socialista europeu, os anos oitenta representam uma **década perdida**. Para o Brasil, os resultados não foram muito diferentes: o PIB nacional cresceu 32%, nestes últimos dez anos, enquanto a população aumentava 24%, registrando uma melhoria da renda per capita de cerca de 6%, ou seja um crescimento anual positivo de 0,5%, altamente insatisfatório e comprometedor, face à taxa de crescimento anual de mais de 8,5%, da década anterior.

Nesse período, a Nação brasileira retornou, no campo político, ao processo da democracia plena de que se afastara desde 1964, por motivos que só a História poderá julgar, mas, ao mesmo tempo, agravou a dívida social para com as classes menos favorecidas. Ainda hoje, 40 milhões de brasileiros são analfabetos ou não completaram a educação primária, e isso explica por que 53% dos trabalhadores recebem menos de dois salários-mínimos e 60% da população participam apenas com 18% da renda nacional.

É nesse quadro difícil da vida nacional que o eleitor irá às urnas escolher o seu Presidente para os próximos cinco anos. A gigantesca tarefa e a enorme responsabilidade a recair sobre o Presidente da República não são menores do que as que incumbirão ao povo brasileiro na eleição do dia 17 de dezembro.

No dia 17, o povo brasileiro estará decidindo os novos rumos da vida nacional; estará decidindo a qualidade do Governo que deseja ter; estará decidindo sobre os caminhos que deverão ser percorridos para que o País possa reencontrar seu destino de progresso e de desenvolvimento, alargando as possibilidades de desenvolver a agricultura, construir novas fábricas e ampliar as correntes de comércio, inclusive mediante proveitosa integração no concerto internacional das grandes nações.

Nas eleições do dia 17 de dezembro, o povo vai votar no candidato, e no programa das forças políticas que o apoiam. São importantes tanto um, quanto outro. Neste momento da vida nacional, o povo brasileiro deve depositar na urna seu voto consciente, com o melhor conhecimento possível do candidato que vai receber seu apoio, de quais são as suas idéias e quais seus compromissos para com a sociedade, e do mesmo modo deverá estar plenamente ciente das diretrizes de seu programa político, social e econômico.

O melhor candidato não é o que faz promessas irrealizáveis, nem o que se propõe a destruir as estruturas políticas, sociais e econômicas, construídas ao longo de cinco séculos de lutas, de trabalho, de sacrifícios. O melhor candidato não é aquele que se propõe a subverter a estrutura social e lançar o País em uma perspectiva de luta de classes, propósitos totalmente contrários a toda nossa tradição política de paz e de ordem, nossa formação histórica e religiosa.

O Brasil precisa mudar e vai mudar a partir do dia 17. Precisa realizar importantes mudanças na condução da política econômica, como também dar início ao resgate da dívida social acumulada ao longo de tantos anos. São mudanças profundas, que vão requerer trabalho árduo, penoso, demorado e, sobretudo, inteligente. Essas premissas não podem faltar ao programa de Governo que se proponha a realizar, consistentemente, esses objetivos.

O povo brasileiro, o eleitor brasileiro que vai às urnas na eleição do dia 17 de dezembro precisa conhecer e estar de acordo com o programa de seu candidato. O eleitor brasileiro vai se confrontar com uma opção séria: a de decidir qual o Brasil das novas gerações, de seus filhos, de seus netos.

O País precisa de um programa sério, factível, viável, realista, e não de ameaças de rompimento da ordem constituída. Um programa que permita mobili-

zar os fatores disponíveis no território nacional e aglutiná-los de forma inteligente para aumentar a produtividade e a eficiência, proporcionando maior produção, mais empregos e melhores salários, sem perder a capacidade de competição nos mercados internacionais.

País que tem abundância de recursos naturais, mão-de-obra diligente, trabalhadora e ordeira, e um empresariado inovador e criativo, aberto à absorção da moderna tecnologia e disposto a assumir os riscos de seus empreendimentos — esse País não precisa mais de tutela excessiva do Estado no domínio econômico.

A presença do Estado e de suas empresas na economia, que no início dos anos 50 configurava atividade supletiva e estratégica para criar sólida infra-estrutura de apoio à iniciativa privada, foi levada ao exagero, na década de 70, ultrapassando os limites do razoável e do bom senso. No Brasil, o Estado e a sua poderosa burocracia são, hoje, instrumentos de asfixia de liberdade de iniciativa e do funcionamento racional do mercado, inibindo novos investimentos e bloqueando as possibilidades de modernização e de progresso.

O Brasil não precisa das fórmulas enganosas de um pseudo-socialismo, assentadas em uma ideologia ultrapassada. A revolução em curso nos países do bloco socialista europeu é o exemplo que estava faltando para abrir os olhos dos brasileiros contra a falsa promessa dos demagogos. A **glasnost política** e a **perestroika econômica** soam como gritos de liberdade de povos que sofreram durante várias décadas a opressão do Estado policial em que se transformaram os sonhos da ditadura do proletariado fundada na ideologia marxista.

O programa que o Brasil precisa tem que ser concebido e estruturado no contexto de um choque de liberdade.

Antonio Oliveira Santos é Presidente da Confederação Nacional do Comércio e membro do Conselho Monetário Nacional.